

nas margens
do rio iguaçu uma

TERRA PROMETIDA



Terra Prometida

Cava, mexe, revolve a terra... desterra, aterra, perfuma mãos, sol, lua, pés, pragas, água, corpos, sonhos... Acolhe, engravida, envolve a semente... desmente, volve, enraiza cantos, prantos, silêncio, grito, encolha, escolha... Acorda, brota, nutre, devolve a promessa... cresce, expressa, anuncia vez, vozes, encanto, herança. Esperança... Nas margens do rio!

Essa

exposição é fruto que traz consigo a semente, a memória, a possibilidade presente em todo ser... É fruto de um movimento de apoio, solidariedade e de reconhecimento da importância do Assentamento Terra Prometida do MST – Movimento Sem Terra, instituído nas fronteiras das áreas rurais dos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu. O MVSb – Museu Vivo do São Bento e o CEDAC – Centro de Ação Comunitária empreenderam uma parceria com o Assentamento Terra Prometida para ajudar a contar as histórias das famílias assentadas neste solo considerado por eles sagrado, situado nas margens do Rio Iguaçu. Este assentamento recebeu também o reconhecimento de redes de agroecologia fluminense por contribuir com o abastecimento de alimentos orgânicos saudáveis nas feiras da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro.

O território que acolheu o assentamento Terra Prometida foi palco de múltiplas resistências no passado e no presente: foi território indígena dos tupis, sendo identificada a presença de sítios arqueológicos e registros de Aldeamentos ou Taperas na Marambaia e dos Tucanos na Serra do Tinguá, mencionados em documentos de doações de sesmaria; abrigou no século XIX o Quilombo do Amapá e vários agrupamentos de escravos fugitivos no chamado Campo Grande do São Bento. Parte deste território pertenceu a Ordem do São Bento, sendo nele produzido telhas e tijolos em uma olaria, criação de gado e plantações variadas. Todo o território, da serra até a Baía da Guanabara, era conectado através do Rio Iguaçu e de seus afluentes, por onde circulavam pessoas e coisas. Vários portos foram construídos nas margens do Rio Iguaçu, tais como: Porto dos Saveiros, dos Vaqueiros, da Cebola, da Cruz, dos Ferreiros e o Cais de Iguaçu. No século XX, a Ordem do São Bento hipotecou a Fazenda do Iguaçu e as suas terras tornaram-se terras da União. Assim, este território abrigou a partir dos anos de 1930, os Núcleos Coloniais do São Bento e o do Tinguá para assegurar o abastecimento de alimentos para a capital federal. Vários colonos nacionais e estrangeiros, inclusive japoneses, foram assentados nos territórios do atual Amapá, Tabuleiro, Marambaia, Piranema, São Lourenço, Capivari etc.

Em 1942, o governo federal desapropriou quatro fazendas para favorecer a construção da Fábrica Nacional de Motores. Vários camponeses foram sendo assentados como arrendatários e muitos outros foram chegando em busca de terra e de trabalho. Nos anos de 1950 e 1960, todo esse território rural dos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu começou a sofrer com a presença de grileiros disputando as áreas campesinas. Intensos conflitos fundiários foram travados até o golpe militar de 1964. Após a instalação do Ato Institucional Número Cinco, um grupo de resistência armada se institui na Fazenda São Lourenço. Repressão, tortura, morte e desaparecimento atingiram inúmeros militantes,

Em 1980, os lavradores resistiram às novas ações de grileiros. Um núcleo de resistência criou o Núcleo Agrícola Fluminense e as lutas pela reforma agrária continuaram. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais instalado no Capivari e que estava sob intervenção dos conservadores e militares, foi retomado pelo movimento. Nesse período surgiu a PET – Pastoral Ecológica da Terra,

No tempo mais recente e no presente, parte deste território tornou-se território do Assentamento Terra Prometida do MST. A história do assentamento se fez entrelaçada à história das várias famílias sem terra e sem trabalho que encontraram esperança nos acampamentos provisórios ou nos assentamentos instituídos a partir da luta em defesa da reforma agrária. Ao ouvir as histórias de cada um dos assentados, escutamos os clamores em defesa da vida e da dignidade humana, movimentos das mãos daqueles que compartilharam condições materiais similares e o desejo de forjar na terra a promessa de futuro. Um lugar prometido para o trabalho coletivo, familiar e compartilhado.

Vale ressaltar ainda que esta exposição está conectada à exposição Xerém: Lugar de Memória, História, Trabalho e Fé, construída em 2008. Nela, a luta camponesa e a experiência da PET foram visibilizadas e agora são recontadas nesta exposição.

Assim, a exposição "Nas margens do Rio Iguaçu, uma terra prometida" convida o visitante a seguir as pegadas dos trabalhadores rurais que lutaram e lutam ainda hoje para inventar um outro tempo. Eles caminharam para afagar a terra e com o seu trabalho manter o pão na mesa, Natureza Viva que ganhou cor, sabor e existência, apesar das intempéries. É preciso partilhar para não esquecer, para afirmar e alimentar os corpos e a caminhada por essa terra prometida, nas margens de um rio.

FICHA TÉCNICA

CENTRO DE REFERÊNCIA PATRIMONIAL E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS (CRPH)/ MUSEU VIVO DO SÃO BENTO (MVSb)

Antônio Augusto Braz :: Arilson Mendes Sá :: Daiana da Silva de Oliveira :: Débora Cristina Vieira :: Debora Nunes Cavalcanti :: Deise Guilhermina da Conceição :: Filipo da Silva Tardim :: Flávia Andreia Paes Leite :: Joice Alves de Oliveira :: Marluvia Santos de Souza :: Mateus Lucas de Moura Amaral :: Nielson Rosa Bezerra :: Paulo Pedro da Silva :: Rodrigo Henrique Teodoro de Oliveira :: Rosenilda Santos da Silva

CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (CEDAC)

Educadores: Rosa Maria Cordeiro Alvarenga :: Marcos Albuquerque

Equipe: Felisbela Antonia da Costa :: Josinete Maria Pinto :: Luiz Antunes da Penha :: Luiz Matheus Ribeiro :: Paulo Henrique do Bem Castilho :: Regina Maria de Vasconcellos Oliveira :: Telma Regina Castello Branco

MST - TERRA PROMETIDA

Entrevistados (2019): Ana Beatriz de Carvalho :: Bianca Gomes :: Carlos Antonio da Cruz :: Carlos Elias Piedade :: Cosme Henrique Gomes Miranda :: Erley Rodrigues :: José Antonio da Silva :: Juliana Gomes Moreira :: Miria Firmino de Oliveira :: Miriam Firmino de Oliveira

EQUIPE DA EXPOSIÇÃO

Curadoria: Marluvia Santos de Souza

Textos: Marluvia Santos de Souza

Revisão de textos: Flávia Andreia Paes Leite :: Risonete Martiniano de Nogueira

Pesquisa: Filipo da Silva Tardim :: Marcos Albuquerque :: Marluvia Santos de Souza :: Risonete Martiniano de Nogueira :: Rosa Maria Cordeiro Alvarenga :: Rosenilda Santos da Silva

Design gráfico: Leear Martiniano



MUSEU VIVO DO SÃO BENTO

(21) 2653 7681 | contato@museuvivodosaobento.com.br
Rua Benjamin da Rocha Junior, s/nº, São Bento, Duque de Caxias, RJ



museuvivodosaobento
museuvivodosaobento.com.br

MST - TERRA PROMETIDA

▲ A CONSTRUÇÃO DO ▼ ASSENTAMENTO

Em

28 de novembro de **1999**, **156 famílias** sem terra ocuparam a Fazenda Santana, em Miguel Pereira, e lá permaneceram acampadas em barracas até 16 de dezembro de **2000**. Este foi o começo do Assentamento do MST chamado Terra Prometida.

Depois do processo de reintegração de posse da Fazenda e de ficarem à beira da linha do trem, **98 famílias** migraram, em busca do direito a terra, para a Fazenda Campo de Roma, em Santa Cruz, que pertencia a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Permaneceram ali acampados e produzindo nas terras até 2006 quando, por interesse do Governo do Estado, as terras foram cedidas para a instalação da TKCSA, uma empresa alemã de Siderurgia. Com luta e resistência, negociando com o Estado, **75 famílias** foram deslocadas em abril de **2006** para a Fazenda JR e Paraíso, em Parque Estoril, Nova Iguaçu. Para assentar todas as famílias, em abril de **2007** foi preciso ocupar também a Fazenda Sempre Verde, em Duque de Caxias.

Alimentos na Feira Regional da Reforma Agrária 2019.
Acervo CRPH / MVSB.



Acima:
Cooperativa. 2019.
Acervo CRPH / MVSB.

À direita:
Feira Regional da
Reforma Agrária. 2019.
Acervo CRPH / MVSB.



Na negociação para saída de Santa Cruz para as novas áreas havia um acordo de realizar o assentamento e garantir infraestrutura de moradia, com energia elétrica, estradas e estruturas para a produção em seis meses. Nesse processo, institucionalmente foi oficializado um PAC (Projeto de Assentamento Conjunto) entre ITERJ (Instituto de Terras e Cartografias do RJ) e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2010. Atualmente as famílias estão organizadas no Projeto de Assentamento Conjunto Terra Prometida nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, produzindo com base na agroecologia, com certificação de produção orgânica, fazendo feiras, entregando cestas de produtos pela rede ecológica, atendendo a alimentação escolar, entre outros mercados.



Acima
e à esquerda:
Romaria da
Terra das
Águas. 2019.
Acervo CRPH /
MVSB.



Escola Municipal
Sargento João Délio
dos Santos. 2019.
Acervo CRPH / MVSB.



Colheita do feijão. 2019.
Acervo CRPH / MVSB.



Área. 2019.
Acervo CRPH /
MVSB.

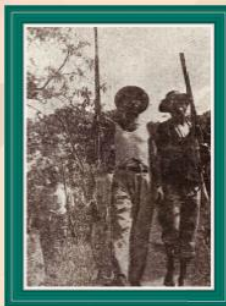
Bravamente resistindo na terra e lutando por melhores condições de vida, convidam: *"Por amar a terra e nela plantar semente, conclamamos a sociedade para defender esse território da APA (Área de Proteção Ambiental) do Iguaçu para produção de vidas, produção de alimentos saudáveis. Estamos na luta para que o Governo Estadual e dos Municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias implementem as Políticas Públicas necessárias para o desenvolvimento do Assentamento Terra Prometida. É necessário ter vida digna no campo, com estradas, habitação, energia elétrica, ampliação da Escola Municipal, Posto de Saúde, transporte público etc. Isso é possível mediante Política Pública e vontade política. Sabemos que 70% da alimentação da mesa da população brasileira vem da Reforma Agrária, da Agricultura familiar Camponesa, gerando renda e trabalho digno. Política Pública para o Campo é direito, e não esmola".*

MOVIMENTO CAMPONÊS

▼▲ A LUTA CAMPONESA ▼▲

A revalorização fundiária operada pelo saneamento da Baixada Fluminense, pela presença da ferrovia e da FNM, principalmente, transformou o território em um espaço de conflitos ampliados. As estratégias de proprietários e grileiros para desocupar a área eram a ação judicial (reintegração de posse e ordem de despejo), invasão das terras camponesas com o auxílio da polícia, Exército ou homens armados e pagos, roubo e/ou destruição de plantação e criação, incêndio de cabanas, prisões de lavradores, tocaias e assassinatos. Por sua vez, a necessidade de defender a posse da terra e de evitar os despejos fez com que os lavradores organizassem uma associação de lavradores. Uma das principais lideranças do movimento camponês foi **José Pureza** que participou em 1949 da formação da Comissão de Lavradores. Em 1952, foi criada a **Associação dos Lavradores Fluminenses**, tornando-se uma instituição legal. No interior da associação, existiam várias comissões de trabalho, como a de finanças, de mulheres etc.

Durante esse período, os conflitos entre os camponeses e os grileiros tornaram-se violentos, obrigando os lavradores a fugirem das tocaias e a se armarem com suas espingardas. Os trabalhadores rurais constantemente eram presos, e essas prisões sempre aconteciam nos momentos de conflitos.



Acima:
Vitoriosos e eufóricos, os lavradores de Xerém deixam suas trincheiras cavadas nas matas, após 72h de espera angustiante. Última Hora (Ed. Fluminense 21/08/1961.

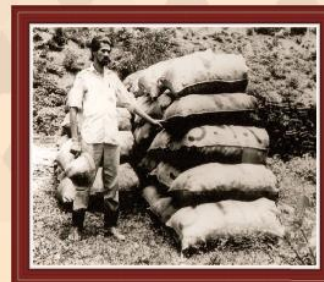


À direita:
Última Hora (Ed. Fluminense) 19/08/1961.

A mobilização dos lavradores foi-se alastrando para outros municípios fluminenses. Novos núcleos da Associação de Lavradores foram criados e, em 1959, na I Conferência Estadual dos Lavradores, foi fundada a **Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro** (FALERJ).

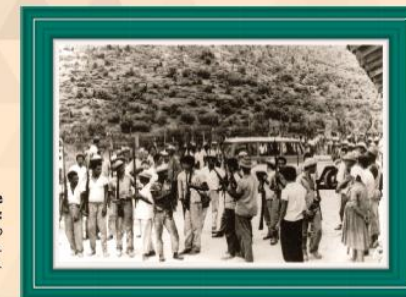
A organização da federação favoreceu a rede de solidariedade entre as associações e as áreas em conflito. Situação exemplar foi a que ocorreu em 1961, na Fazenda São Lourenço, em Caxias. As forças policiais invadiram a fazenda para executar um mandado de despejo. A notícia espalhou-se e os lavradores de Tinguá, de Nova Iguaçu e do local formaram um grupo armado com mais 250 homens. Camponeses de Magé também ficaram de prontidão. No confronto, dois oficiais de justiça e dois representantes do grileiro saíram feridos. O quadro de tensões obrigou o governador Celso Peçanha a intervir, assinando um decreto de desapropriação da área.

Em 1961, os lavradores fluminenses fizeram-se presentes no **I Congresso Nacional Camponês**, realizado em Belo Horizonte. Participaram do Congresso a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e suas filiais, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra). A palavra de ordem do congresso foi **"Reforma agrária na lei ou na marra"**.



Acima e à esquerda:
Trincheira do Capivari. 1962.
Arquivo Nacional.

O movimento camponês contou ainda com o apoio e a solidariedade de outras organizações operárias, lideradas por militantes sindicais comunistas. Quando em 1963 a FNM entrou com um pedido de reintegração de posse de suas terras arrendadas, os trabalhadores da fábrica e da Refinaria de Duque de Caxias ameaçaram entrar em greve, caso se consumasse o despejo dos lavradores. A pressão fez com que o processo de reintegração de posse fosse sustado.



Acima e à direita:
Trincheira do Capivari. 1962.
Arquivo Nacional.

▼▲ REPRESSÃO AO MOVIMENTO ▼▲

Em

1964, após o golpe militar o exército ocupou Xerém e realizou prisões e torturas de lideranças do movimento. As perseguições conseguiram dismantlar a luta camponesa. Em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, iniciou-se a organização de um movimento de resistência armada na Fazenda São Lourenço, mas logo foram descobertos e as lideranças presas e torturadas. Posteriormente foi criado o **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** que ficou sob a intervenção do Estado. Em 1981, foi criado pelos lavradores o **Núcleo Agrícola Fluminense** para apoiar a luta pela reforma-agrária e melhoria da produção camponesa.

MOVIMENTO CAMPONÊS

▼ XERÉM NOS ANOS DE 1950 ▼

Na reportagem de 11 de maio de 1954, o Jornal *Luta Democrática* apresentou Xerém como um lugarejo periférico e bucólico. As matas ainda preservadas era o que tinha de magnífico no lugar. Xerém possuía cinco mil habitantes residentes — só da FNM eram duas mil pessoas. Possuía ainda pequenas indústrias, como as de concreto armado, óleo e anilina. Havia quatro olarias, inúmeras fazendas e um pequeno comércio em torno da Estação de Ferro Rio D'Ouro e da Praça João Pinto. A energia elétrica era restrita aos dois estabelecimentos do governo: a FNM e a represa de João Pinto. O comércio local e as residências eram iluminados a lampião. Na estrada que ligava as localidades à empresa FNM e à Rodovia Rio-Petrópolis, somente eram encontrados caminhos abertos à enxada e utilizados por carro de boi. O jornal ainda dizia que a população de Xerém era ordeira e que a maioria vivia da lavoura, do corte de lenha e da produção de carvão, inclusive nas terras da FNM. Apesar do povo ordeiro, havia uma subdelegacia na FNM para manter o controle social.

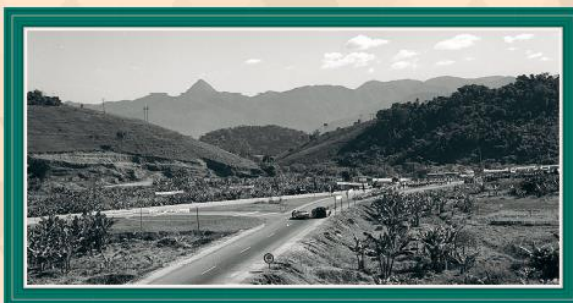


Mapa de Duque de Caxias

Nas décadas de 1940 e 1950, a presença de lavradores em Xerém tornou-se mais significativa, principalmente nas terras da FNM, Penha Caixão, Piranema, São Lourenço e Mato Grosso. Além dos desbravadores que viviam na localidade há décadas, uma nova leva de camponeses foi-se alojando no local e em seu entorno, principalmente no Capivari e Fazenda Barro Branco.



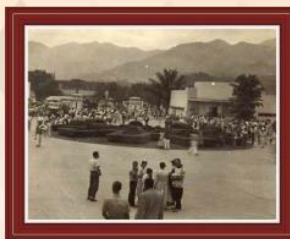
Entrada Fazenda Chapéu do Sol. Acervo CRPH.



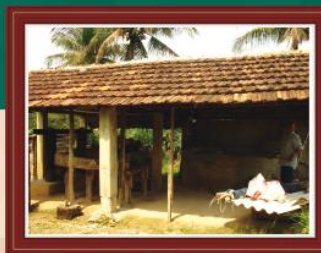
Entrada de Xerém. Arquivo O Globo.



Trem da ferrovia Rio D'Ouro. Década de 1950. Coleção Álbum de família Everaldo Guilherme Fonseca e Iolanda Costa Oliveira.



Fábrica Nacional de Motores. Década de 1950. Acervo CRPH.

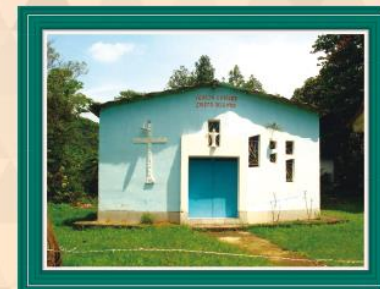
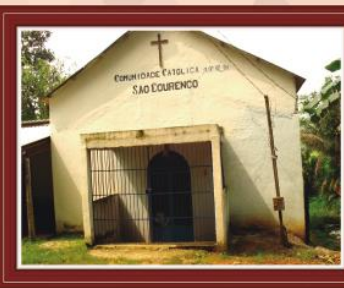


Casa de farinha. Acervo CRPH.

Vale destacar aspectos que contribuíram para a chegada contínua de lavradores em Xerém:

- a)** A presença de trabalhadores empregados na abertura da Rodovia Rio-Petrópolis (1928), que, sem alternativa de trabalho e moradia, após o término da obra, permaneceram no local;
- b)** O saneamento da Baixada Fluminense realizado na década de 1930 e o combate à malária ofereceram melhores condições de permanência no lugar;
- c)** A instalação da Fábrica Nacional de Motores com uma estrutura rufo-fábrica, o que fez com que o Estado arrendasse terras da fábrica para lavradores produzirem alimentos para assegurar o abastecimento da cidade do motor;
- d)** A proximidade de Caxias com o Distrito Federal e a existência da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, favoreciam o acesso ao espaço urbano e à trabalhos temporários que ajudavam a complementar a renda familiar;
- e)** A formação dos Núcleos Coloniais do São Bento e do Tinguá contribuiu com o crescimento populacional para Caxias e intensificou a produção e a circulação agrária para a capital federal;
- f)** A crise da fruticultura fluminense no pós-guerra, resultou na expulsão dos arrendadores e lavradores que trabalhavam nos laranjais;
- g)** O desemprego na capital federal favoreceu o deslocamento de trabalhadores urbanos para áreas rurais vazias ou abandonadas;
- h)** A presença de lavradores que ocupavam as terras por décadas e cediam parte delas a outros camponeses (desbravavam matas, caçavam, vendiam lenha, produziam carvão para se manter, enquanto construíam uma cabana de estuque e lavravam a terra).

Capela São Lourenço. Acervo CRPH.



Igreja Católica Cristo Redentor. Acervo CRPH.

Memória Camponesa de José Pureza. RJ: Marco Zero, 1982.

Grynszpan identificou no Censo de 1950 e 1960 um crescimento representativo de posseiros na Baixada Fluminense. Enquanto na década de 1940 os posseiros controlavam apenas **0,03%** dos estabelecimentos rurais, em 1960, controlavam **24%**. Esses números são significativos, no sentido de apontar a capacidade de organização dos lavradores em ocupar e assegurar a permanência na terra. Apesar disso as dificuldades eram muitas: lavar a terra sem financiamento, sem instrumentos de trabalho adequados, enfrentar a grilagem e manter a posse de terra.



MOVIMENTO CAMPONÊS

▼ PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS EM CAXIAS ▼



Repressão e presença Militar na área rural.
1962. Arquivo Nacional.

Início dos anos 1940
Faz. Barro Branco

Duzentas famílias camponesas ocuparam a área.

1948
Terras da FNM

Colonos foram instalados sob forma de arrendamento, dando a terça como pagamento à fábrica. Boa parte da produção dos lavradores era vendida à FNM.

Início dos anos 50
Km 41,
Estrada Rio D'Ouro

Grileiros fizeram um loteamento falso no km 41, anunciaram no jornal e ofereceram os lotes a compradores. Os moradores compareceram ao local e alertaram os compradores de que a área já estava ocupada.

1952
Fazenda S. Lourenço

250 famílias rurais foram expulsas da fazenda.

1954
Fazenda Penha Caixão

Cerca de quatrocentas famílias de posseiros foram expulsas da fazenda.

1954
Fazenda Piranema

Conflitos e despejos são registrados na fazenda.

1954
Terras da FNM

Dois mil lavradores conseguiram de Getúlio Vargas a supressão da antiga forma de pagamento e a instituição de uma taxa proporcional à lavoura de cada um.

1956
Fazenda Mato Grosso

Posseiros foram ameaçados de despejo e um deles foi assassinado.

Final de 1950
Fazenda do Capivari

Posseiros sofreram pressão e despejo.

1961
Piranema

Grileiro utilizou-se da polícia para expulsar os lavradores. Soltou gado para destruir a plantação e impediu o conserto de uma ponte, isolando-os.

1961
Piranema e M. Grosso

Grileiros tentaram expulsar os lavradores, incendiando suas moradias, derrubando casas e destruindo plantações com tratores.

1961
Capivari

A ENCO S.A. (Engenharia e Comércio) apresentou-se como proprietária da área e tentou expulsar os lavradores para lotear a fazenda. Cerca de quinhentos camponeses resistiram e a polícia foi enviada ao local.

1961
S. Lourenço

Forças policiais invadiram a área para executar um mandado de despejo. Incendiaram uma casa e prenderam um camponês. Cerca de 250 camponeses enfrentaram os policiais, armaram emboscadas e feriram dois policiais e dois homens do grileiro. Intervenção do governador.

1962
Capivari

Policiais invadiram a área para executar um mandato de despejo. Choque entre a polícia e os 2.500 lavradores. Suspensão do despejo. Intervenção do governador Janotti: decreta a desapropriação das áreas de tensão social (Capivari, Piranema e Penha Caixão). O pagamento não foi efetuado.

1962
Barro Branco

Sociedade composta por oficiais do Exército perdeu seus depósitos em banco falido e foi ressarcida com a fazenda Barro Branco. A fazenda foi vendida para terceiros, que exigiram a terra desocupada. Os oficiais ocupam a área militarmente, expulsando 250 famílias que a ocupavam há mais de vinte anos. Resistência camponesa, intervenção parlamentar e da imprensa. Negociação entre o movimento, o Exército e a SUPRA.

1963
Capivari

Novas ameaças de despejo. Badger da Silveira alegou não ter recursos para efetuar o pagamento da desapropriação. Cerca de trezentos lavradores seguem para a ALERJ. Intervenção federal: Goulart decreta a desapropriação de Capivari, Piranema, Penha Caixão e Mato Grosso. Assassinato do lavrador Afonso Rípio Braga.

1963
Capivari

Boatos de invasão policial para efetuar o despejo. Cerca de dois mil camponeses cavaram trincheiras e se armaram de espingardas. Intervenção da SUPRA. A verba da desapropriação não havia sido depositada integralmente. As tensões continuaram.

1963
Mato Grosso

Comissão de lavradores entregam à Luta Democrática um memorial das violências sofridas e pedem garantias de vida. Presença da SUPRA para retirar grileiros e gado. Até 64, a posse das áreas ainda não se efetivara.

1963
FNM

FNM inicia um processo de reintegração de posse das terras arrendadas aos lavradores. Solidariedade dos operários da FNM e dos petroleiros. FNM promete doar as terras para a SUPRA. Doação não-realizada até 64.

1963
Anilina

Lavradores ocupavam a área com a autorização do responsável. Ao prosperar, grileiros utilizaram-se de violência para exigir a terça. Os que entraram em contato com a associação e resistiram foram expulsos.

1964
Cidade dos Meninos

Cerca de trezentas famílias ocupam dez hectares das terras sem a participação da associação. Ordem de despejo; os lavradores abandonam o local.

1964
B. Branco

Exército ocupa a fazenda e retira os lavradores da fazenda.

pós 1964
São Lourenço

Resistência armada rural à ditadura militar. Prisões, tortura e desaparecimento de lideranças

RESISTÊNCIA E FÉ (1980/90)

▼ NÚCLEO AGRÍCOLA FLUMINENSE ▼

A ausência de políticas públicas e de representantes sindicais que realmente defendessem os seus direitos e incentivassem a produção e a fixação dos lavradores e pequenos produtores agrícolas de Xerém foram os principais motivos para a criação do **Núcleo Agrícola Fluminense** (NAF) no ano de 1981.

Um dos fundadores foi o lavrador e líder rural **Joaquim Antônio**. O núcleo tornou-se posteriormente um dos apoiadores dos trabalhos realizados pela *Pastoral Eclesiástica da Terra*.

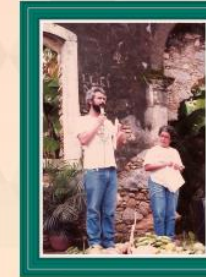
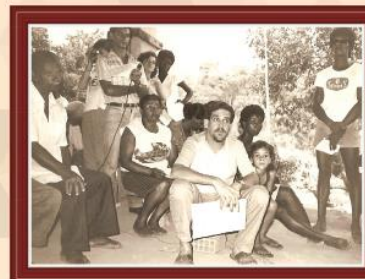


À esquerda:
Joaquim Antônio,
um dos fundadores
do NAF.
Década de 1980.
Acervo sob guarda
do CRPH.

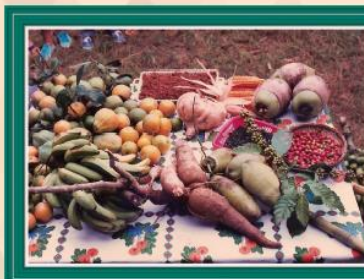
Abaixo:
Reunião do NAF.
Década de 1980.
Acervo sob guarda
do CRPH.



Acima e à direita:
Encontros da PET.
Década de 1980.
Coleção PET.
Acervo sob guarda
do CRPH.



Acima e à esquerda:
Celebração ecumênica
pela chegada do trator.
Igreja Velha – Capela
de Santa Rita da
Posse e Comunidade
São Pedro, 1988.
Coleção PET. Acervo
sob guarda do CRPH.

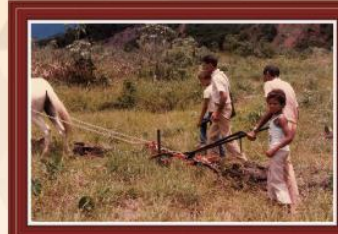


No ano de 1987 confirmou-se a necessidade de um trator e implementos agrícolas para preparar as terras coletivas e individuais dos pequenos produtores e lavradores de Xerém, pois as condições financeiras não permitiam a eles pagarem o aluguel de um arado de tração animal por um longo período. Desta forma operários católicos na Itália fizeram uma doação em dinheiro para compra do **trator, arado de disco e grade**. A compra foi realizada em abril de 1988 e ficou sob a administração da *Pastoral Eclesiástica da Terra* até o final do ano de 1995.

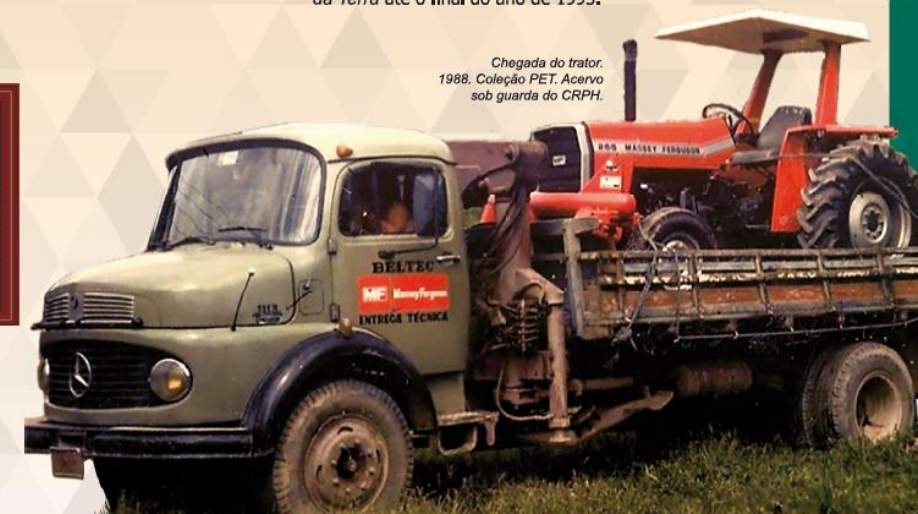
▼ PASTORAL ECUMÊNICA DA TERRA ▼

As primeiras reuniões aconteceram nos anos de 1981/1982. A *Igreja Metodista de Mantiqueira* abriu suas portas para receber os primeiros simpatizantes das causas dos lavradores em Xerém. As convocações foram feitas pelos Bispos Paulo Ayres Matos – *Igreja Metodista no Rio de Janeiro* e Dom Mauro Morelli – *Diocese de Duque de Caxias*.

É a prática real do lema metodista: *Vida e Missão*. O ecumenismo vira uma ação de fato entre os evangélicos, católicos, praticantes de outras religiões e lideranças populares que estão com a mesma preocupação de prover e viver a verdadeira cidadania.



Camponeses preparando a terra.
Década de 1980. Coleção PET.
Acervo sob guarda do CRPH.



Chegada do trator.
1988. Coleção PET. Acervo
sob guarda do CRPH.